

SUMÁRIO

I PARTE O SISTEMA JUDICIÁRIO DA UNIÃO EUROPEIA

TÍTULO I A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

INTRODUÇÃO A JUSTIÇA COMUNITÁRIA

SUBTÍTULO I O TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INTRODUÇÃO O PAPEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA	38
--	----

CAPÍTULO I NATUREZA, COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INTRODUÇÃO UM TRIBUNAL ÚNICO, COMUM ÀS DUAS COMUNIDADES	39
--	----

Secção 1ª A Posição do Tribunal de Justiça na Estrutura Institucional das Co- munidades.....	40
§ 1º Um órgão jurisdicional.....	40
1 Regime jurídico do Tribunal	40
2 A função jurisdicional do Tribunal no quadro comunitário	41
§ 2º A ausência de relações hierárquicas entre o Tribunal de Justiça e as ju- risdições nacionais.....	42

Secção 2ª Composição e Funcionamento do Tribunal	45
§ 1º Composição	45
1 Juízes e Advogados-gerais	45
2 A função do Advogado-geral	46
3 Garantias de independência dos magistrados	47
§ 2º Funcionamento e organização do Tribunal.....	49
1 Funcionamento permanente	49
2 Sessões plenárias e restritas.....	49
§ 3º A organização do Tribunal	50
1 O Secretário do Tribunal e os secretários-adjuntos	50
2 Instruções ao Secretário.....	51
3 Os serviços do Tribunal.....	51

CAPÍTULO II COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL

Secção 1ª Jurisdição Voluntária	52
§ 1º A interpretação do Direito Comunitário e a apreciação da validade dos actos das Instituições	52
§ 2º Competência consultiva.....	52
Secção 2ª Competência Contenciosa.....	53
§ 1º Competência resultante dos Tratados	53
§ 2º Competência não resultante dos Tratados	55
1 Atribuição de competência em virtude de uma cláusula compromissória.....	55
2 Competência atribuída por um acto unilateral da Autoridade Comunitária	56
Bibliografia	56

SUBTÍTULO II O TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I SEDE, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Secção 1ª Sede e Composição	58
-----------------------------------	----

§ 1º Sede.....	58
§ 2º Composição do Tribunal.....	58
1 Juizes.....	58
2 Advogados-gerais.....	59
3 Juramento dos magistrados do TPI.....	59
4 Presidência do Tribunal.....	60
Secção 2ª Organização e Funcionamento do TPI.....	60
§ 1º Organização.....	60
1 Secções.....	60
2 Intervenção do Advogado-geral nos processos.....	60
3 Juizes-relatores.....	61
4 O Secretário do Tribunal.....	61
5 A Secretaria.....	61
§ 2º Funcionamento do Tribunal.....	61

CAPÍTULO II COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL

§ 1º A definição da competência do Tribunal nos textos anteriores à revisão operada pelo Tratado de Nice.....	62
§ 2º A competência do TPI redefinida pelo Tratado de Nice.....	64
Bibliografia.....	64

TÍTULO II O PROCESSO A OBSERVAR NOS TRIBUNAIS COMUNITÁRIOS

INTRODUÇÃO

1 O direito processual comunitário.....	67
2 Processo comum e processos especiais.....	68

CAPÍTULO I REGRAS GERAIS DO PROCESSO

Secção 1ª Princípios Fundamentais.....	69
§ 1º O princípio inquisitório.....	69

§ 2º O princípio do contraditório	70
§ 3º Publicidade do processo	70
Secção 2ª Princípio da Gratuidade do Processo	70
§ 1º Isenção de imposto de justiça	70
§ 2º Sujeição ao pagamento de despesas reembolsáveis.....	71
1 Regras gerais.....	71
2 Noção de despesas reembolsáveis.....	72
3 A necessidade de prévio requerimento do reembolso de despesas	72
4 Divergências entre as partes sobre o montante das despesas a reembol- sar.....	73
5 O caso particular dos honorários dos advogados e agentes.....	74
6 Despesas dos intervenientes do processo.....	76
7 Execução da decisão do Tribunal.....	77
§ 3º Assistência judiciária.....	77
Secção 3ª Princípio da Obrigatoriedade da Representação das Partes	78
Secção 4ª A Observância dos Prazos.....	79
§ 1º A fixação dos prazos	79
§ 2º Contagem do prazo.....	81
Secção 5ª Regime Linguístico do Processo.....	82

CAPÍTULO II A TRAMITAÇÃO PROCESSUAL

Secção 1ª A Fase Escrita do Processo	84
§ 1º A petição inicial.....	84
1 Requisitos gerais da petição	84
2 Fundamentos do pedido	85
3 Fundamentos novos e novos argumentos	86
4 Assinatura da petição pelo representante da parte.....	87
5 Prova da qualidade de advogado.....	88
6 Duplicados da petição e outros anexos	88
7 Domicílio forense do representante das partes	89

8 Regularização da petição.....	89
9 Processamento da petição.....	89
§ 2º Contestação, réplica e tréplica.....	90
1 Contestação.....	90
2 Réplica e tréplica	90
Secção 2ª A Fase Instrutória	90
§ 1º Produção da prova.....	91
1 Ónus da prova.....	91
2 Poderes do Tribunal na fase instrutória.....	91
3 Poder de livre apreciação dos factos pelo Tribunal	92
§ 2º Meios de prova.....	93
1 Prova testemunhal.....	93
2 Prova pericial	93
3 Outros meios de prova.....	94
Secção 3ª A Fase Oral do Processo	94
§ 1º A audiência de julgamento.....	94
§ 2º As conclusões do Advogado-geral	95
§ 3º Reabertura da fase oral.....	96
§ 4º Apensação de processos conexos	97
Secção 4ª Aceleração da Tramitação	97
§ 1º Supressão da fase oral	98
§ 2º Tramitação acelerada.....	99
1 Condições da “tramitação acelerada”	99
2 Implicações da “tramitação acelerada”	99
Secção 5ª AS DECISÕES DO TRIBUNAL	100
§ 1º Despachos	100
§ 2º Acórdãos	100
1 Conteúdo do acórdão.....	100
2 Publicação das decisões.....	101
Bibliografia	102

II PARTE
A INTERPRETAÇÃO UNIFORME DO DIREITO COMUNITÁRIO E
A APRECIÇÃO DA VALIDADE DOS ACTOS DAS
INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS

INTRODUÇÃO
A COOPERAÇÃO ENTRE AS JURISDIÇÕES NACIONAIS E
O TRIBUNAL COMUNITÁRIO

- 1 A necessidade de um sistema capaz de assegurar a uniformidade da interpretação e da apreciação da validade dos actos comunitários..... 105
- 2 O sistema instituído 106
- 3 A razão de ser do sistema instituído..... 107

CAPÍTULO I
A QUESTÃO PREJUDICIAL DE INTERPRETAÇÃO OU DE
APRECIÇÃO DE VALIDADE NO QUADRO NACIONAL

Secção 1ª O Campo de Aplicação dos Arts. 234º CE e 150º CEEA 109

§ 1º O alcance das expressões “presente Tratado” e “actos emanados das Instituições Comunitárias”..... 109

- 1 O “presente Tratado”..... 109
- 2 Os Tratados que completam os Tratados Originários 109
- 3 Os actos emanados das Instituições Comunitárias 110
- 4 Os acordos internacionais..... 111
- 5 Actos nacionais..... 112

§ 2º O que deve entender-se por “interpretação” e por “apreciação de validade”..... 112

- 1 Interpretação e aplicação do Direito Comunitário..... 112
- 2 Apreciação de validade 115

Secção 2ª A Noção da Jurisdição para os Efeitos do Art. 234º CE 116

Subsecção 1ª A Noção de Jurisdição Nacional Autorizada a Ordenar o Reenvio a Título Prejudicial 116

§ 1º A noção comunitária de jurisdição nacional..... 117

- 1 O caso dos tribunais arbitrais 119
- 2 O caso de outros órgãos nacionais 122

§ 2º A amplitude da faculdade de reenvio ao TJCE	124
§ 3º Limitações à liberdade de reenvio	127
Subsecção 2ª A Noção de Jurisdições Nacionais Obrigadas ao Reenvio a Título Prejudicial.....	131
§ 1º Noção de “recurso judicial de direito interno”	131
1 Jurisdições nacionais sujeitas à obrigação de reenvio	131
2 A posição particular dos Tribunais Constitucionais	132
§ 2º A exclusão da obrigação de reenvio pelos tribunais de instância nos casos em que julgam sem recurso.....	133
§ 3º A sujeição dos tribunais de instância à obrigação de reenvio para apreciação da validade dos actos comunitários	136
§ 4º As excepções à obrigação de reenvio	139
1 Excepções admitidas pelo TJCE	139
2 A “teoria do acto claro”	141
§ 5º A sanção da omissão de reenvio quando o Tratado o impõe.....	145

CAPÍTULO II

O PROCESSO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Secção 1ª A Tramitação do Processo	146
Subsecção 1ª A Submissão da Questão Prejudicial ao TJCE	147
§ 1º O despacho de reenvio	147
1 A responsabilidade pelo reenvio	147
2 Um acto oficioso do juiz	149
3 Competência do juiz nacional para ordenar o reenvio.....	150
4 Os termos do despacho de reenvio.....	150
5 Momento de reenvio.....	153
6 A remessa do processo ao TJCE	154
§ 2º O acolhimento pelo TJCE do pedido do juiz nacional	154
1 O TJCE não julga da pertinência da questão que lhe é submetida.....	154
2 O Tribunal Comunitário dispensa todo o formalismo da parte do juiz nacional.....	156

Subsecção 2ª O Papel das Partes e de Outros Intervenientes no Processo Perante o TJCE	161
§ 1º Os intervenientes no processo	161
1 A legitimidade para intervir	161
2 Prazo para a intervenção.....	163
§ 2º A natureza da intervenção	163
Secção 2ª O Julgamento do Processo de Reenvio	163
§ 1º Julgamento por simples despacho	163
§ 2º Julgamento com dispensa de fase oral.....	164
Secção 3ª A Decisão do Tribunal de Justiça.....	165
Subsecção 1ª Conteúdo do Acórdão do TJCE.....	165
§ 1º Acórdãos interpretativos.....	165
1 A natureza da competência interpretativa do TJCE	165
2 Sentido geral da jurisprudência interpretativa do TJCE.....	167
§ 2º Acórdão sobre a questão de validade	168
§ 3º As custas do processo de reenvio	169
Subsecção 2ª Os Efeitos do Acórdão.....	170
§ 1º A autoridade do acórdão interpretativo	170
1 Efeito <i>erga omnes</i> ou autoridade relativa da decisão?	170
2 A posição do TJCE.....	171
3 Os efeitos, no tempo, do acórdão interpretativo	172
§ 2º Os efeitos do acórdão proferido sobre a questão de validade.....	174
Bibliografia.....	176

III PARTE

O CONTENCIOSO DA LEGALIDADE

Introdução

1 Uma Comunidade de Direito	181
2 Plano de Estudo	182

TÍTULO I

A ACÇÃO POR INCUMPRIMENTO

INTRODUÇÃO

1	As regras dos Tratados	183
2	Um processo original.....	183
3	Um processo importante.....	184
4	Um processo grave	185

CAPÍTULO I

A VIOLAÇÃO DA LEGALIDADE COMUNITÁRIA PELOS ESTADOS-MEMBROS

Secção 1 ^a	A Noção de Incumprimento.....	186
§ 1 ^o	O alcance da expressão “presente Tratado”	186
§ 2 ^o	As modalidades do incumprimento pelos Estados-membros	187
1	A noção de Estado	187
2	Incumprimento por acção e incumprimento por omissão	189
Secção 2 ^a	Os Meios de Defesa Invocados pelos Estados.....	191
§ 1 ^o	Imputabilidade da violação a um órgão estatal diverso do Governo.....	191
§ 2 ^o	Situações decorrentes da ordem interna incompatíveis com a observância do Direito Comunitário	193
§ 3 ^o	Eliminação da situação de incumprimento	193
§ 4 ^o	Inexistência de intenção culposa	195
§ 5 ^o	Caso de força maior ou de impossibilidade absoluta e acatamento do Direito Comunitário	196
§ 6 ^o	Ausência de prejuízo	200
§ 7 ^o	Solicitação do benefício de cláusulas de salvaguarda e estado de necessidade.....	200
§ 8 ^o	Causas justificativas do incumprimento admitidas em Direito Internacional Público.....	201
§ 9 ^o	Falta cometida pela Autoridade Comunitária.....	202
§ 10 ^o	Oposição da norma comunitária a certos interesses nacionais	203

§ 11º O desuso das disposições nacionais contrárias ao Direito Comunitário ou das disposições do Direito Comunitário	204
§ 12º Irregularidade da fase preliminar do processo	204
§ 13º Demora na instauração do processo por incumprimento	204
§ 14º Inadmissibilidade da acção resultante da imprecisão da referência ao Direito Comunitário violado	205

CAPÍTULO II

AS REGRAS DO PROCESSO

Secção 1ª A Fase Pré-Contenciosa do Processo	207
§ 1º Os poderes da Comissão	207
§ 2º A abertura da fase pré-contenciosa	209
1 Iniciativa da Comissão	209
2 Queixa dos interessados	210
3 Iniciativa dos Estados	211
§ 3º O papel da Comissão na fase pré-contenciosa	212
1 Pedido de explicações (carta pré-226º)	213
2 O parecer fundamentado	215
§ 4º A finalidade da fase pré-contenciosa	218
§ 5º O carácter discricionário da decisão da omissão de instaurar, ou não, a acção por incumprimento	221
§ 6º Recurso “directo” ao Tribunal	224
1 Omissão da fase pré-contenciosa	224
2 Fase pré-contenciosa especial	225
Secção 2ª A Fase Judicial	227
§ 1º Prazo para a propositura da acção	227
§ 2º A tramitação do processo	229
1 A possibilidade da imposição, pelo Tribunal de Justiça, de medidas provisórias destinadas a salvaguardar o efeito útil do acórdão final	229
2 A produção de prova	230
§ 3º O acórdão do Tribunal de Justiça	230
1 O dispositivo do acórdão: a simples declaração do incumprimento	230

2	As medidas de execução do acórdão.....	232
3	Prazo para a execução do acórdão	234
Secção 3ª A Sanção do Menosprezo do Acórdão do Tribunal		234
§ 1º	A inadequação à realidade do carácter declarativo do acórdão	234
§ 2º	A solução adoptada no Tratado de Maastricht	236
§ 3º	A aplicação de sanções pecuniárias.....	239
1	O mecanismo instituído.....	239
2	Um processo por incumprimento novo.....	240
§ 4º	As modalidades da sanção a aplicar	242
1	Os critérios propostos pela Comissão	243
2	A jurisprudência comunitária	244
Conclusões.....		244

CAPÍTULO III

A SANÇÃO DO INCUMPRIMENTO DOS ESTADOS NO QUADRO NACIONAL

Secção 1ª O Recurso aos Tribunais Nacionais.....		246
Secção 2ª A Eficácia Interna do Acórdão do TJCE		248
§ 1º	A concepção do Tribunal de Justiça.....	248
§ 2º	As repercussões do acórdão na esfera jurídica dos particulares: síntese da jurisprudência do Tribunal de Justiça	252
§ 3º	A repetição do indevido	258

CAPÍTULO IV

O INCUMPRIMENTO DOS TRATADOS IMPUTÁVEL AOS PARTICULARES

Secção 1ª O Controlo do Incumprimento.....		260
1	Tratado CE:.....	261
2	Tratado CEEA	261
Secção 2ª A Sanção Jurisdicional do Incumprimento		261
Bibliografia		262

TÍTULO II
O CONTROLO JURISDICIONAL DO RESPEITO DA LEGALIDADE
PELAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS

SUBTÍTULO I
O RECURSO DE ANULAÇÃO

CAPÍTULO I
CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Secção 1ª Objecto do Recurso.....	267
§ 1º Os actos passíveis de recurso	267
1 Natureza do acto	267
2 Noção de acto comunitário recorrível.....	267
3 Actos definitivos e actos preparatórios	268
4 Actos confirmativos	270
5 Actos obrigatórios	272
§ 2º Particularismos dos Tratados CE-EURATOM.....	273
1 Actos do Parlamento Europeu, actos da Comissão, actos do Conselho, actos adoptados em conjunto pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho e actos do BCE	273
2 Actos do Parlamento Europeu.....	274
3 Actos do Banco Europeu de Investimento (BEI)	276
Secção 2ª A Legitimidade dos Recorrentes.....	278
Subsecção 1ª Recorrentes Institucionais	278
§ 1º A Comissão, o Conselho e os Estados-membros.....	278
§ 2º O Parlamento Europeu	280
§ 3º A legitimidade do Tribunal de Contas e do Banco Central Europeu.....	283
Subsecção 2ª Recorrentes Ordinários.....	283
§ 1º Actos susceptíveis de impugnação pelos recorrentes ordinários	284
1 O que deve entender-se por “decisões dirigidas a outra pessoa? ”	285
2 O que deve entender-se por “decisões... tomadas sob a forma... de deci- são dirigida a outra pessoa? ”	285

3 Qual o significado da expressão – “decisões tomadas sob a forma de regulamento?”	286
§ 2º A pessoa do recorrente	289
1 Generalidades	289
2 Pessoas “directa e individualmente afectadas”	291
3 A legitimidade para o recurso de organizações representativas de certas categorias profissionais	295
4 A legitimidade para o recurso de certas autoridades regionais	297
5 A legitimidade para o recurso contra os “regulamentos de suspensão”	297
6 Legitimidade nos casos de auxílios de Estado	298
§ 3º A protecção dos particulares sem acesso ao recurso de anulação	299
Secção 3ª O Respeito dos Prazos para o Recurso	300
§ 1º A contagem do prazo no caso de actos sujeitos a publicação.....	301
1 O alongamento do prazo.....	301
2 A impossibilidade de prorrogação do prazo para interposição do recurso ..	301
§ 2º A contagem do prazo no caso de actos não sujeitos a publicação	302
Secção 4ª Julgamento sobre a Inadmissibilidade do Recurso	303

CAPÍTULO II

OS FUNDAMENTOS DO RECURSO DE ANULAÇÃO

Secção 1ª Incompetência e Violação do Tratado	305
§ 1º Incompetência interna e externa.....	305
§ 2º A violação do Tratado ou de qualquer regra de direito relativa à sua aplicação.....	306
Secção 2ª Violação de “Formalidades Essenciais”	307
§ 1º A noção de “formalidades essenciais”	307
§ 2º A falta ou a insuficiência de fundamentação do acto comunitário	310
1 Considerações gerais	310
2 Adaptação da fundamentação à natureza do acto	311
3 Fundamentação explícita, clara, pertinente e suficiente	312
4 Fundamentação ajustada à natureza do acto e à qualidade dos seus destinatários.....	313

§ 3º A correcta escolha da base jurídica do Acto.....	314
§ 4º Implicações da violação de formalidades essenciais.....	317
Secção 3ª Desvio de Poder.....	319

CAPÍTULO III O ACÓRDÃO DO TRIBUNAL

Secção 1ª A Natureza da Decisão.....	320
§ 1º O contencioso de anulação.....	320
§ 2º As implicações da anulação.....	320
Secção 2ª Os Efeitos do Acórdão.....	321
§ 1º Efeito retroactivo da anulação.....	321
§ 2º Derrogações ao princípio do efeito retroactivo do acórdão.....	322
§ 3º Os efeitos do acórdão no âmbito da Instituição recorrida.....	324
§ 4º A autoridade de caso julgado do acórdão.....	324
1 Acórdão que decreta a nulidade.....	324
2 Acórdão de rejeição do recurso.....	324
Bibliografia.....	325

SUBTÍTULO II A EXCEÇÃO DE ILEGALIDADE

CAPÍTULO I NATUREZA E FUNÇÃO DA EXCEÇÃO DE ILEGALIDADE

Secção 1ª A Natureza deste Particular Meio Processual.....	326
Secção 2ª A Função da Excepção da Ilegalidade.....	327

CAPÍTULO II AS CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DA EXCEÇÃO DE ILEGALIDADE

Secção 1ª Actos Susceptíveis de Impugnação a Título Incidental.....	329
§ 1º Actos de carácter geral.....	329

§ 2º A necessidade de uma relação directa entre o acto de alcance geral- arguido de ilegalidade e o acto que é objecto do pedido de anulação	332
Secção 2ª Legitimidade do Excipiente	333
§ 1º Recorrentes ordinários.....	333
§ 2º Recorrentes privilegiados.....	333
1 A ilegitimidade dos recorrentes institucionais para deduzir a excepção de ilegalidade.....	334
2 A legitimidade dos recorrentes institucionais para arguir a excepção de ilegalidade.....	335
Secção 3ª Tribunais Competentes para Conhecer da Excepção de Ilegalidade.....	341
§ 1º A competências dos tribunais comunitários.....	341
§ 2º A competência dos tribunais nacionais	341
§ 3º Processos em que a arguição da excepção de ilegalidade é admissível.....	343

CAPÍTULO III O REGIME PROCESSUAL DA EXCEPÇÃO DE ILEGALIDADE

Secção 1ª A Dedução da Excepção	348
§ 1º Arguição da ilegalidade.....	348
§ 2º Tramitação do processo.....	349
§ 3º Intervenção no processo da Instituição de que emana o acto em causa	349
§ 4º O acórdão do Tribunal.....	349
Bibliografia	350

SUBTÍTULO III O RECURSO POR OMISSÃO

CAPÍTULO I AS CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Secção 1ª Os Casos de Omissão Juridicamente Relevantes	351
§ 1º Actos cuja omissão pode ser objecto do recurso por omissão.....	351
§ 2º A abstenção de instauração de uma acção por incumprimento	352

Secção 2ª Legitimidade para o Recurso	354
§ 1º Legitimidade activa	354
1 Recorrentes privilegiados	354
2 Recorrentes ordinários.....	354
§ 2º Legitimidade passiva.....	355

CAPÍTULO II

O REGIME PROCESSUAL DO RECURSO

Secção 1ª A Fase Pré-Contenciosa	356
§ 1º A solicitação a agir.....	356
1 Formulação da solicitação.....	356
2 Prazo para deduzir a solicitação.....	357
§ 2º O comportamento da Instituição convidada a agir	358
Secção 2ª Fase Judicial.....	359
§ 1º Natureza do processo.....	359
§ 2º Tramitação do recurso e acórdão do Tribunal	361
1 Tramitação do recurso.....	361
2 O acórdão do Tribunal.....	361
Conclusões.....	362
Bibliografia.....	362

TÍTULO III

A ACÇÃO DE INDEMNIZAÇÃO

Introdução	363
1 Responsabilidade Contratual e Extracontratual das Comunidades.....	363

CAPÍTULO I

ADMISSIBILIDADE DA ACÇÃO

Secção 1ª Legitimidade das Partes	365
§ 1º Legitimidade activa	365
§ 2º Legitimidade passiva	365

§ 3º A representação da Comunidade.....	369
§ 4º Prazo para a acção.....	370
Secção 2ª A Autonomia da Acção de Indemnização.....	371
§ 1º Noção de autonomia da acção.....	371
§ 2º Uma jurisprudência contestável: o caso PLAUMANN.....	372
§ 3º A aceitação pelo TJCE da autonomia da acção de indemnização.....	373
1 Autonomia da acção de indemnização em relação ao recurso por omis- são.....	373
2 A autonomia da acção de indemnização em relação ao recurso de anula- ção.....	374
Secção 3ª O Carácter Subsidiário da Acção de Indemnização.....	377
§ 1º Considerações gerais.....	377
§ 2º Responsabilidade das Comunidades e responsabilidade dos Estados- membros.....	380
1 Execução irregular por órgãos nacionais de actos comunitários válidos ..	381
2 Execução regular por órgãos nacionais de actos comunitários inválí- dos.....	384
3 Concurso de faltas nacionais e de faltas comunitárias.....	385

CAPÍTULO II AS CONDIÇÕES DE FUNDO DA ACÇÃO

Secção 1ª Os Fundamentos da Responsabilidade.....	388
§ 1º A ilegalidade do comportamento imputado à Comunidade	390
§ 2º O prejuízo e a reparação.....	399
§ 3º O nexa da causalidade.....	402
Secção 2ª A Responsabilidade por Actos dos Agentes Comunitários.....	403
§ 1º A responsabilidade da Comunidade perante terceiros.....	403
§ 2º A responsabilidade do agente perante a Comunidade.....	404
Conclusões.....	404
Bibliografia.....	405

IV PARTE
PROCESSOS ESPECIAIS

TÍTULO I
SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE ACTOS COMUNITÁRIOS E OUTRAS
MEDIDAS PROVISÓRIAS

CAPÍTULO I
SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE ACTOS COMUNITÁRIOS

Secção 1ª Condições da Admissibilidade do Pedido de Suspensão	410
§ 1º Actos cuja execução pode ser objecto de um pedido de suspensão.....	410
§ 2º Condições processuais da admissibilidade do pedido de suspensão da execução	411
1 Subordinação do pedido a processo pendente no Tribunal	411
2 Legitimidade para deduzir o pedido de suspensão	412
3 Especificação do objecto do pedido.....	413
4 Apresentação do pedido em separado	414
5 Oportunidade da apresentação do pedido	415
6 Pedido de decisão urgente	415
Secção 2ª Condições de Fundo do Pedido de Suspensão	416
§ 1º O “ <i>fumus boni juris</i> ”	417
§ 2º A urgência da adopção da medida requerida	419
§ 3º O prejuízo	420
§ 4º A ponderação dos interesses em presença	425
§ 5º Natureza provisória da medida pretendida	427
Secção 3ª A Tramitação do Processo	427
§ 1º Oposição ao pedido, intervenção no processo e instrução.....	427
1 Oposição ao pedido	427
2 Intervenção no processo	428
3 Instrução do processo	428
§ 2º A decisão	429
1 Competência para decidir.....	429
2 Forma e notificação da decisão	430

3	Exigência de caução	430
4	Natureza provisória da decisão	431
§ 3º	Recurso da decisão do Tribunal de Primeira Instância para o Tribunal de Justiça	433

CAPÍTULO II OUTRAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

Secção 1ª	A Competência dos Tribunais Nacionais para Adotar Medidas Provisórias	434
Secção 2ª	Imposição de Medidas Provisórias pelos Tribunais Comunitários	436
§ 1º	O regime processual de adopção de “medidas provisórias necessárias”	436
1	Legitimidade do requerente	436
2	O objectivo da adopção de uma medida cautelar	436
3	Os pressupostos da imposição de medidas cautelares	437
4	Processos em que podem ser adoptadas medidas cautelares	437
§ 2º	Natureza das medidas a adoptar	438
	Bibliografia	439

TÍTULO II INCIDENTES DA INSTÂNCIA

CAPÍTULO I JULGAMENTO DE EXCEPÇÕES

Secção 1ª	O Incidente da Inadmissibilidade Suscitado pelas Partes	441
1	Os casos de inadmissibilidade	441
§ 2º	Dedução do pedido de inadmissibilidade	443
§ 3º	Tramitação do pedido	443
1	Fase oral	443
2	Decisão do Tribunal	443
Secção 2ª	Conhecimento <i>Ex Officio</i> da Inadmissibilidade	444

CAPÍTULO II A INTERVENÇÃO

Secção 1ª	Finalidade e Natureza Jurídica da Intervenção	445
-----------	---	-----

Secção 2ª Condições da Admissibilidade do Pedido de Intervenção	446
§ 1º Legitimidade do requerente	446
1 Requerentes privilegiados	446
2 Requerentes ordinários	446
§ 2º Outras condições de admissibilidade do pedido de intervenção.....	447
Secção 3ª Tramitação do Pedido de Intervenção.....	454
§ 1º Apresentação do pedido de intervenção	454
1 Prazo para a apresentação do pedido	454
2 Coligação de requerentes	455
3 Os termos dos pedidos de intervenção.....	455
4 A intervenção em apoio do réu revel	455
5 Notificação às partes do pedido de intervenção.....	456
§ 2º Decisão sobre o pedido e seus efeitos	456
§ 3º Os termos ulteriores do incidente	458
§ 4º Recursos para o Tribunal de Justiça das decisões do TPI.....	459
1 Recurso da decisão que recusa a intervenção	459
2 Recurso do acórdão proferido no processo principal	459
3 A tramitação do recurso	460

CAPÍTULO III

INTERPRETAÇÃO E RECTIFICAÇÃO DOS ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL

Secção 1ª A Interpretação dos Acórdãos.....	460
§ 1º Legitimidade do requerente	461
1 A pessoa do requerente	461
2 O interesse em agir em justiça.....	462
§ 2º O objecto do pedido de interpretação	463
§ 3º A tramitação processual do pedido e o acórdão do tribunal	464
Secção 2ª A Rectificação dos Acórdãos	464
§ 1º O objecto da rectificação	464
1 Erros ou lapsos passíveis de rectificação	465
2 Legitimidade para o pedido de rectificação	465

§ 2º A omissão de pronúncia.....	466
1 O objecto do pedido.....	466
2 As regras processuais a aplicar.....	467

TÍTULO III RECURSOS

SUBTÍTULO I RECURSOS ORDINÁRIOS DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1 Introdução.....	469
2 Os Pressupostos do Recurso.....	469
§ 1º Decisões recorríveis.....	469
§ 2º Legitimidade para o recurso.....	470

CAPÍTULO I OS ARTICULADOS DO RECURSO

Secção 1ª A Petição.....	471
§ 1º Apresentação da petição.....	471
§ 2º Objecto do recurso.....	472
§ 3º Fundamentos do recurso.....	473
1 Fundamentos de direito.....	473
2 Matéria de facto.....	474
Secção 2ª Resposta, Réplica e Tréplica.....	478
§ 1º A resposta.....	478
§ 2º Réplica e tréplica.....	478

CAPÍTULO II A TRAMITAÇÃO PROCESSUAL ULTERIOR

Secção 1ª As Disposições Aplicáveis.....	479
Secção 2ª Apreciação da Admissibilidade do Recurso.....	480
Secção 3ª O Julgamento do Recurso.....	481

CAPÍTULO I A OPOSIÇÃO

1	Introdução.....	482
	Secção 1ª Revelia da Parte Demandada	482
	Secção 2ª O Processo de Oposição.....	483
	§ 1º Natureza do processo.....	483
	§ 2º Tramitação do processo.....	484
	1 Dedução da oposição.....	484
	2 Termos ulteriores do processo	484
	§ 3º O Acórdão do Tribunal.....	484

CAPÍTULO II RECURSO OPOSIÇÃO DE TERCEIROS

	Secção 1ª Condições de Admissibilidade do Recurso.....	486
	§ 1º Legitimidade do recorrente.....	486
	1 A pessoa do recorrente	486
	2 O interesse do terceiro oponente na instauração do recurso.....	488
	§ 2º O respeito dos prazos.....	488
	Secção 2ª A Tramitação do Processo	489
	§ 1º As regras processuais aplicáveis.....	489
	§ 2º A suspensão da execução do acórdão impugnado	490
	§ 3º Os efeitos do acórdão proferido no recurso	490

CAPÍTULO III RECURSO DE REVISÃO

	Secção 1ª As Condições de Admissibilidade do Recurso de Revisão.....	491
	§ 1º Legitimidade do recorrente.....	492
	§ 2º O facto justificativo do pedido de revisão	492
	1 Facto novo	492

2	Importância decisiva do facto novo	494
§ 3º	Respeito do prazo para o recurso	494
Secção 2ª	As Regras Processuais	495
§ 1º	Dedução do pedido.....	495
§ 2º	Tramitação do pedido.....	495
1	Admissibilidade do pedido.....	495
2	Julgamento de mérito	496

TÍTULO IV OS PARECERES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I AS CONDIÇÕES SUBSTANTIVAS DO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA CONSULTIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Secção 1ª	O Tribunal de Justiça como Jurisdição Constitucional da União Europeia.....	498
Secção 2ª	A Verificação da Constitucionalidade dos Acordos Internacionais que a Comunidade Europeia se Proponha Concluir	499

CAPÍTULO II O PROCESSO DE CONSULTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Secção 1ª	A Admissibilidade do Pedido de Parecer.....	500
§ 1º	A legitimidade do requerente do parecer.....	501
§ 2º	O objecto do pedido de parecer.....	502
§ 3º	Oportunidade da apresentação do pedido de parecer	508
§ 4º	A questão da suspensão do processo de conclusão do acordo por efeito da apresentação do pedido de parecer	510
Secção 2ª	A Tramitação do Pedido de Parecer.....	512
§ 1º	Notificação do pedido de parecer.....	512

§ 2º O debate judicial previsto no art. 107º do Regulamento de Processo.....	514
1 Observações dos interessados	514
2 Intervenção do juiz-relator e dos advogados-gerais	514
Secção 3ª Os Efeitos do Parecer do Tribunal de Justiça.....	515
1 Efeitos do parecer favorável.....	515
2 Os efeitos do parecer negativo	518
Bibliografia	519
Anexo Relação dos Pareceres Emitidos pelo Tribunal de Justiça.....	520
ANEXOS	521
ÍNDICE ALFABÉTICO	657